

ERRATA

Preparação Turbo - 1ª Fase da OAB (2025)

Nidal Ahmad

Luana Teixeira Porto

Franciele Letícia Kühn

6ª edição

Na página 490 – Questão 1 de Direito civil sobre “Sucessão Legítima”, a questão é a seguinte:

26. FGV - OAB - 22º Exame de Ordem Unificado - Primeira Fase

Assunto: Sucessão

Assunto: Sucessão Legítima: ordem da vocação hereditária

Clara e Sérgio são casados pelo regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, o casal adquiriu onerosamente um apartamento e Sérgio herdou um sítio de seu pai. Sérgio morre deixando, além de Clara, Joaquim, filho do casal. Sobre os direitos de Clara, segundo os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) Clara é herdeira do apartamento, em concorrência com Joaquim.
- B) Clara é meeira no apartamento e herdeira do sítio, em concorrência com Joaquim.
- C) Clara é herdeira do apartamento e do sítio, em concorrência com Joaquim.
- D) Clara é meeira no sítio e herdeira do apartamento, em concorrência com Joaquim.

A resposta correta é a alternativa B. E os comentários são os seguintes:

Correção

A) Está incorreta, tendo em vista que o apartamento foi adquirido na constância do casamento, trata-se de um bem do casal (art. 1.660 do CC). Sendo assim, Clara já tem a metade do bem e não será herdeira em relação ao apartamento.

B) Está correta, de acordo com os arts. 1660 e 1659, I do CC, Clara é meeira no apartamento, por ter adquirido na constância do casamento (art. 1.660) e, é herdeira do sítio em concorrência com Joaquim, pois bens recebidos por herança não se comunicam (art. 1.659, I do CC).

C) Está incorreta, uma vez que o apartamento foi adquirido na constância do casamento, portanto, é um bem do casal (art. 1.660 do CC). Sendo assim, clara já tem a metade do bem e não será herdeira em relação ao apartamento, mas sim, meeira.

D) Está incorreta, pois Clara não tinha metade do sítio, e sim é herdeira do sítio em concorrência com Joaquim, pois bens recebidos por herança não se comunicam, de acordo com o previsto no art. 1.659, I do CC.

Nesse sentido, desconsiderar os comentários apresentados na página 527.

Na página 483 – Questão 1 de Direito civil sobre “Bens jurídicos”, a questão é a seguinte:

1. FGV - OAB - 22º Exame de Ordem Unificado - Primeira Fase

Assunto: Bens jurídicos

Ricardo realizou diversas obras no imóvel que Cláudia lhe emprestou: reparou um vazamento existente na cozinha; levantou uma divisória na área de serviço para formar um novo cômodo, destinado a servir de despensa; ampliou o número de tomadas disponíveis; e trocou o portão manual da garagem por um eletrônico. Quando Cláudia pediu o imóvel de volta, Ricardo exigiu o ressarcimento por todas as benfeitorias realizadas, embora sequer a tenha consultado previamente sobre as obras. Somente pode-se considerar benfeitoria necessária, a justificar o direito ao ressarcimento,

- A) o reparo do vazamento na cozinha.

- B) a formação de novo cômodo, destinado a servir de despensa, pelo levantamento de divisória na área de serviço.
- C) a ampliação do número de tomadas.
- D) a troca do portão manual da garagem por um eletrônico.

A resposta correta é a alternativa A. E os comentários são os seguintes:

Correção

- A) Está correta, uma vez que o artigo 96, § 3 do CC, diz que são necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore que foi o caso do reparo do vazamento da cozinha, para evitar a infiltração de água.
- B) Está incorreta, uma vez que a formação de um novo cômodo é benfeitoria útil, que, conforme o art. 96, § 2º (...) aumentam ou facilitam o uso do bem. Logo, a inclusão do novo cômodo aumenta o uso do bem.
- C) Da mesma forma que a letra B, a letra C está incorreta, porque ampliar o número de tomadas também é benfeitoria útil, pois com mais tomadas, facilita-se mais o uso do bem" - art. 96, § 2º.
- D) Está incorreta, uma vez que a troca do portão manual da garagem por um eletrônico, também é considerado benfeitoria útil, pois a casa com portão eletrônico facilita o uso do imóvel/amplia a sua utilidade. Não é voluptuária porque não se volta ao mero deleite ou recreio.

Nesse sentido, desconsiderar os comentários apresentados na página 521.

Na página 485 – Questão 9 de Direito civil sobre “Modalidades de obrigações”, a questão é a seguinte:

1. FGV - OAB - 22º Exame de Ordem Unificado - Primeira Fase

Antônio, vendedor, celebrou contrato de compra e venda com Joaquim, comprador, no dia 1º de setembro de 2016, cujo objeto era um carro da marca X no valor de R\$ 20.000,00, sendo o pagamento efetuado à vista na data de assinatura do contrato. Ficou estabelecido ainda que a entrega do bem seria feita 30 dias depois, em 1º de outubro de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, domicílio do vendedor. Contudo, no dia 25 de setembro, uma chuva torrencial inundou diversos bairros da cidade e o carro foi destruído pela enchente, com perda total. Considerando a descrição dos fatos, Joaquim

- A) não faz jus à devolução do pagamento de R\$ 20.000,00.
- B) terá direito à devolução de 50% do valor, tendo em vista que Antônio, vendedor, não teve culpa.
- C) terá direito à devolução de 50% do valor, tendo em vista que Antônio, vendedor, teve culpa.
- D) terá direito à devolução de 100% do valor, pois ainda não havia ocorrido a tradição no momento do perecimento do bem.

A resposta correta é a alternativa D. E os comentários são os seguintes:

Correção

- A) Está incorreta, pois conforme exposto no artigo 234 do CC, quando houver a perda do bem antes da tradição, deverá ser devolvido o valor recebido pelo bem, uma vez que a obrigação será resolvida.
- B) Está incorreta, uma vez que não há previsão de que deve se restituir o valor pela metade, pelo contrário, deve restituir o valor de forma integral, haja vista a resolução da obrigação.
- C) Está incorreta, assim como na alternativa anterior, não há previsão de que deva restituir o valor pela metade. Além disso, a questão informa que a coisa se deteriorou em razão de uma chuva torrencial, fato que não é culpa do vendedor Antonio.
- D) Está correta, uma vez que a perda da coisa antes da tradição, resulta na resolução da obrigação de dar coisa certa, nos termos do artigo 234 do CC. Logo, o vendedor Antônio terá que devolver o valor integral que recebeu pelo carro à Joaquim. Vale destacar que Antônio não responderá por perdas e danos, pois a perda do bem não foi por sua culpa.

Nesse sentido, desconsiderar os comentários apresentados na página 523.

Na página 486 – Questão 14 de Direito Civil sobre “Responsabilidade civil”, a questão é a seguinte:

André é motorista da transportadora Via Rápida Ltda. Certo dia, enquanto dirigia um ônibus da empresa, se distraiu ao tentar se comunicar com um colega, que dirigia outro coletivo ao seu lado, e precisou fazer uma freada brusca para evitar um acidente. Durante a manobra, Olívia, uma passageira do ônibus, sofreu uma queda no interior do veículo, fraturando o fêmur direito. Além do abalo moral, a passageira teve despesas médicas e permaneceu por semanas sem trabalhar para se recuperar da fratura. Olívia decide, então, ajuizar ação indenizatória pelos danos morais e materiais sofridos. Em referência ao caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Olívia deve, primeiramente, ajuizar a ação em face da transportadora, e apenas demandar André se não obtiver a reparação pretendida, pois a responsabilidade do motorista é subsidiária.
- B) Olívia pode ajuizar ação em face da transportadora e de André, simultânea ou alternativamente, pois ambos são solidariamente responsáveis.
- C) Olívia apenas pode demandar, nesse caso, a transportadora, mas esta terá direito de regresso em face de André, se for condenada ao dever de indenizar.
- D) André e a transportadora são solidariamente responsáveis e podem ser demandados diretamente por Olívia, mas aquele que vier a pagar a indenização não terá regresso em face do outro

A resposta correta é a alternativa B. E os comentários são os seguintes:

Correção

- A) Está incorreta, uma vez que a responsabilidade civil entre a transportadora e o motorista é solidária, pois, apesar da transportadora não causar o dano, ela responde independente de culpa, nos termos do art. 942 do CC que diz que, quando o ato ilícito tiver mais de um causador, todos responderão solidariamente.
- B) Está correta, pois tanto André quanto a transportadora, são responsáveis solidários pelos danos provocados no acidente, conforme artigo 932, III e 942 do Código Civil.
- C) Está incorreta, conforme já mencionado, a responsabilidade é solidária e, portanto, nesse caso, Olívia poderá demandar a transportadora e a André.
- D) Está incorreta, pois enquanto André e a transportadora serem solidariamente responsáveis, aquele que satisfizer a dívida por inteiro, terá sim direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, conforme exposto no artigo 934 do Código Civil.

Na página 527 – Questão 5 de ECA sobre “Direitos da Criança e do Adolescente - Direito à educação, cultura, ao esporte e ao lazer”, a questão é a seguinte:

A mãe de Joaquim, criança com necessidades especiais, requereu acompanhamento por professor especializado em atendimento de pessoas com deficiência à escola-creche pública municipal em que o filho estuda. A escola-creche, no entanto, alegou carência de tais profissionais, porque o custo muito alto impedia que a municipalidade os contratasse.

Ao consultar você, como advogado(a), a genitora recebeu a seguinte orientação.

A) A criança tem direito à educação, não se inserindo nesse plexo, porém, o direito individual e específico de acompanhamento especializado.

B) Joaquim deve ter acesso à educação com metodologia especial, não significando, porém, que seja mandatória a presença de profissional especial.

C) A atenção especial por profissional especializado é devida a Joaquim, não sendo oponível a dificuldade orçamentária declarada pela municipalidade.

D) O ensino especializado é devido nas condições em que a entidade for capaz, não sendo obrigatória a presença de profissional especificamente capacitado, em razão da aplicabilidade da reserva do possível.

A resposta correta é a alternativa C. E os comentários são os seguintes:

Correção

A) Está incorreta, uma vez que é dever do Estado fornecer atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, nos termos do art. 54, III do ECA e art. 208, III da CF.

B) Está incorreta, uma vez que as pessoas com deficiência deverão ter um atendimento especial por um profissional de apoio, quando necessário ao aluno, sendo o objetivo do apoio a promoção da sua autonomia e independência do aluno.

C) Está correta. Como a criança precisa do auxílio de um profissional de apoio, é dever do Estado assegurar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com fundamento no art. 54, III do ECA e art. 208, III da CF.

D) Está incorreta, uma vez que é dever do Estado fornecer atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, não somente se o ente for capaz. Ademais, os alunos com deficiência deverão ter um atendimento especial por um profissional de apoio, quando necessário ao aluno, sendo o objetivo do apoio a promoção da sua autonomia e independência do aluno.

Nesse sentido, desconsiderar os comentários apresentados na página 570.